

## PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ: 22.142.291/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	3	894.267	Fornecedores
Securitização de operações de crédito	4	315.868	Contas a pagar de partes relacionadas
Contas a receber de partes relacionadas	5	18.202	Debêntures com partes relacionadas
Outros ativos		194	Impostos e contribuições
Total do ativo circulante	<u>1.228.531</u>	<u>1.508.326</u>	Provisão para contingências
Não circulante			Dividendos a pagar
Securitização de operações de crédito	4	9.002	Total do passivo circulante
Contas a receber de partes relacionadas	5	22.767	Passivo não circulante
Imposto de renda diferido	6	38	Debêntures com partes relacionadas
Intangível		533	Total do passivo não circulante
Total do ativo não circulante	<u>32.340</u>	<u>2.529</u>	Patrimônio líquido
Total do ativo	<u>1.260.871</u>	<u>1.510.855</u>	Capital social
			Reserva de lucros

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Resultados acumulados	Reservas de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	14.444	-
Lucro líquido do exercício	-	-	30.334
Dividendos obrigatórios	-	-	(304)
Transferência para resultados acumulados	-	30.030	(30.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	44.474	-
Lucro líquido do exercício	-	-	41.606
Dividendos obrigatórios	-	-	(416)
Transferência para resultados acumulados	-	41.190	(41.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	85.664	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
---	--	--	--

1. Informações sobre a Empresa: A PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "BIVA") é uma sociedade anônima com sede no município de São Paulo - SP, Brasil, cujo objeto social é (i) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (ii) a emissão e colocação privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos. Em outubro de 2017, o PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro") adquiriu o controle de 51,41% da BIVACO Holding S.A. ("BIVACO"). Em novembro de 2017, janeiro, março e abril de 2018 e abril de 2019 adquiriu participação acionária adicional de 7,89%, 15,1%, 0,5%, 2,4% e 22,65% respectivamente, passando a deter uma participação total de 100% da BIVACO, a qual era a controladora da BIVA. A partir de novembro de 2020, a Companhia passou a ser controlada diretamente pelo PagSeguro, que incorporou 100% da participação acionária da BIVA que anteriormente pertencia a BIVACO. A partir de novembro de 2018, foram emitidas séries de debêntures com o PagSeguro. Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CDBs para cessão de créditos conforme detalhado na nota explicativa 5. As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Empresa em 28 de maio de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas com base no custo histórico e expressas em reais, sendo essa a sua moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2 Ativos financeiros: 2.2.1 Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não classifica nenhum ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. 2.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e compreendem os saldos de equivalentes de caixa. 2.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado não são derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado da Companhia compreendem as "Securitização de operações de crédito", "outras ativos" e "contas a receber de partes relacionadas". 2.2.4 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.2.5 Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a Companhia de ativos financeiros está deteriorado. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As ECLs são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência que são possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma provisão para perdas é necessária para perdas de crédito esperadas ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. 2.3 Securitização de operações de crédito: As Securitizações de operações de crédito são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. 2.4 Ativos intangíveis: O ativo intangível é composto por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares, que são de cinco anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. 2.5 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.6 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva atual como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e a quantidade pode ser estimada de forma confiável. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembol-

sado, no todo ou em parte, por exemplo, devido a um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um bem separado, mas somente quando o reembolso é praticamente certo. As despesas associadas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas de quaisquer reembolsos. 2.7 Reconhecimento da receita: As receitas são representadas substancialmente por securitização de carteiras de empréstimos e recebíveis de cartão de crédito, por meio de cédulas de créditos bancários ("CCBs") remuneradas a juros prefixados, sendo tais juros reconhecidos como receita para a Companhia. 2.8 Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida com base no estatuto social da Companhia, que prevê que, no mínimo, 1% e no máximo 50% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente: O resultado de imposto de renda e contribuição social do período compreendem ao imposto corrente, sendo reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo o parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. 2.10 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido, sendo 100 ações ao preço de R\$1 cada. 2.11 Novas normas contábeis adotadas em 2024: As normas e interpretações novas emitidas e adotadas, se aplicáveis, na demonstração financeira do período findo em 31 de dezembro de 2024 são consistentes com aqueles adotados para o ano anterior, exceto pelas alterações exigidas nos pronunciamentos, interpretações e normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024, conforme descrito abaixo: - Alteração à IAS 1 (CPC 26) "Apresentação das Demonstrações Financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos existentes no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas ou eventos da entidade após a data do relatório (por exemplo, recebimento de renúncia ou quebra de cláusula). As alterações também esclarecem a que "liquidação" de um passivo se refere no IAS 1 (CPC 26). As alterações ao IAS 1 (CPC 26) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia identificou que a nova alteração não tem um impacto significativo em seus resultados operacionais. - Alteração à IFRS 16 (CPC 06) "Arrendamentos": especificam que, ao mensurar o passivo de arrendamento subsequente à venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos de arrendamento" e os "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que não resulte no reconhecimento, pelo vendedor-arrendatário, de qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém. Isso poderia impactar particularmente as transações de venda e leaseback em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. As alterações à IFRS 16 entram em vigor em 1º de janeiro de 2024. A Companhia identificou que a nova alteração não tem um impacto significativo em seus resultados operacionais. - Alterações à IAS 7 e IFRS 7 (CPC 40) "Evidenciação" - O objetivo das alterações à IFRS 7 é fornecer informações sobre SFAs que permitam aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações à IAS 7 entram em vigor em 1º de janeiro de 2024. A implementação não teve impacto material nos resultados financeiros. A Companhia não espera que as novas melhorias impactem materialmente seus resultados operacionais. 2.12 Novas normas contábeis que ainda não entraram em vigor: As novas normas e interpretações que são emitidas, mas ainda não entraram em vigor até a data de emissão da demonstração financeira estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, caso sejam aplicáveis, quando se tornarem efetivas. • Alteração na IAS 21 (CPC 02) "Efeitos das Variações nas Taxas de Câmbio": emitida em agosto de 2023, com o objetivo de esclarecer como as entidades devem determinar se uma moeda é conversível em outra e qual taxa de câmbio à vista usar quando não for. As alterações na IAS 21 entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impacto material nos resultados financeiros. • Regras do Pilar Dois da OCDE - Em maio de 2023, o IASB fez alterações de escopo limitado na IAS 12, que proporcionam um alívio temporário da exigência de reconhecer e divulgar impostos diferidos decorrentes de legislação tributária promulgada ou substancialmente promulgada que implementa as regras modelo do Pilar Dois, incluindo a legislação tributária que implementa impostos complementares mínimos domésticos qualificados descritos nessas regras. A Companhia não espera impacto material nos resultados financeiros. • Alteração no IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e "Instrumentos Financeiros: Divulgação": emitida em maio de 2024, para responder a questões recentes surgidas na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações: • Esclarecem a data de reconhecimento e baixa de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de transferência de caixa; • Esclarecem e adicionam orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros (SPII); • Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e • Atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações no IFRS 9 e IFRS 7 entram em vigor em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impacto material nos resultados financeiros. • Alteração no IFRS 18 (CPC 09) "Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras": O IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações e transparência mais relevantes para os usuários. Embora o IFRS 18 não afete o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam abrangentes, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receita e despesa na demonstração do resultado em novas categorias impacte a forma como o lucro operacional é calculado e reportado. A

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
			Notas explicativas
Receita líquida dos serviços prestados	8	127.592	162.699
Custo dos serviços prestados	9	(149.286)	(186.463)
Resultado bruto		(21.694)	(23.764)
Despesas operacionais Gerais e administrativas	9	(1.700)	(1.743)
Outras despesas		(195)	(165)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(23.589)	(25.672)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	3	85.691	71.622
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		62.102	45.950
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(20.497)	(15.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1	(7)
Lucro líquido do exercício		41.606	30.334
Lucro por ação		416	303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	41.606	30.334	
Total do resultado abrangente no exercício	41.606	30.334	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

partir da avaliação de impacto de alto nível que a Companhia realizou, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional: • As diferenças cambiais atualmente agregadas na rubrica "outras receitas e outros ganhos/perdas" - líquido" no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional; • O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos - que é a mesma categoria da receita e das despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros nos custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança. • As rubricas apresentadas nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados de agregação e desagregação. Além disso, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o goodwill e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, porque a exigência de divulgar informações relevantes permanece inalterada; no entanto, a forma como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas exigidas para: • Medidas de desempenho definidas pela administração; • Uma discriminação da natureza das despesas para as rubricas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado - essa discriminação é exigida apenas para certas despesas por natureza; e • Para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada rubrica na demonstração do resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação da IAS 1. • Do ponto de vista da demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças na forma como os juros recebidos e os juros pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que representa uma mudança em relação à apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais. A Companhia aplicará a nova norma a partir de sua data de vigência obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é exigida e, portanto, a informação comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2026 será reapresentada de acordo com o IFRS 18.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa em conta corrente

Aplicação financeira (a)

	2024	2023
Caixa em conta corrente	960	355
Aplicação financeira (a)	893.307	756.393
	894.267	756.748

(a) O saldo refere-se às aplicações financeiras realizadas com o BancoSeguro no montante de R\$893.307 em dezembro de 2024 (R\$756.393 em dezembro de 2023).

5. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	2024			2023		
	Contas a receber	Contas a pagar	Debêntures	Contas a receber	Contas a pagar	Debêntures
PagSeguro (a)	-	321	1.172.791	-	494	1.464.009
Digital Services UOL S.A.(b)	31.849	-	-	32.281	-	-
BancoSeguro (c)	9.120	-	-	11.424	-	-
	40.969	321	1.172.791	43.705	494	1.464.009
Circulante	18.202	321	476.303	43.705	494	190.996
Não circulante	22.767	-	696.488	-	-	1.273.013

	2024		2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	91.719	-	132.721
Digital Services UOL S.A.(b)	4.146	-	2.194	-
BancoSeguro (d)	89.814	76	74.244	108
	93.960	91.795	76.438	132.828

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cauletas ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao Escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2.5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CDB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere às receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

Movimentações debêntures:

	Debêntures
Saldo em 31/12/2022	1.823.694
Adições (reversões) líquidas	(359.685)
Saldo em 31/12/2023	1.464.009
Adições (reversões) líquidas	(291.218)
Saldo em 31/12/2024	1.172.791

A Companhia poderá efetuar o pagamento das debêntures da respectiva série, total ou parcialmente, mediante dação em pagamento das CCBs que não forem integralmente quitadas até a data do respectivo vencimento, pelo saldo do valor das dívidas representadas pelas CCBs, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000. Caso o pagamento a ser realizado mediante dação em pagamento das CCBs seja parcial, este deverá ser efetuado proporcionalmente à quantidade de debêntures detidas por cada um dos debenturistas dentro da respectiva Série, conforme o caso.

6. Imposto de renda diferido

	Saldo em 31/12/2023	Reconhecido	Saldo em 31/12/2024
Ativo:			
Outras adições temporárias	37	1	38
	37	1	38

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2024	2023
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	62.102	45.950
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(21.115)	(15.623)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre - Adições (exclusões) permanentes:		
Adicional de 10% de IR	24	24
Incentivos fiscais (i)	595	(17)
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	(20.496)	(15.616)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(20.497)	(15.609)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	1	(7)
Alíquota Efetiva	34%	34%
(i) Refere-se a benefícios fiscais obtidos através da Lei Rouanet.		

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	894.267	-	-	756.748	-
Securitização operações de crédito	-	324.869	-	-	709.425	-
Contas a receber partes relacionadas (*)	-	40.969	-	-	43.705	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	103	-	-	100	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	321	-	-	494	-
Debêntures com partes relacionadas (*)	-	1.172.791	-	-	1.464.009	-

(\*) Operações de securitização de operações de crédito vinculadas as Debêntures (vide nota 4)

A BIVA acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos, o que leva em consideração o repasse do risco de crédito aos detentores das debêntures.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
			Nota explicativa
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			62.102
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:			
Depreciação e amortização	9	301	267
Acrescimo (reversão) provisão para contingências		6	(18)
Varição de ativos e passivos operacionais			
Concessão de crédito	4	384.556	637.306
Contas a receber de partes relacionadas	5	2.736	(41.15

...continuação

## PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ: 22.142.291/0001-95

A Diretoria

Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP212238/O-0

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "BIVA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BIVA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações

financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2025



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador  
CRC PR 050377/O-6

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA SA:60579703000148 em 02/07/2025 10:37:02 com o número de série 6D065A5996BA99F582B90101.